

Sentidos para a Ciência

“Os avanços das ciências matemático-naturais exigem, como corretivo contra a absolutização do progresso técnico-científico e a ilusão de uma história manipulada por computadores, o contato com as ciências humanas” (Ernildo Stein)

A ciência não é neutra. Esta frase, isolada, já abriria caminho, mas não um atalho, para intermináveis especulações sobre a *status quo* atual da longa trajetória do homem em busca de consensos lógicos. No entanto, a frase pode tomar um rumo inusitado. Para a hermenêutica filosófica, por exemplo, nada é mesmo neutro. Não há um só sujeito consciente que seja tábula rasa em relação a qualquer coisa. Por que uma majestosa isenção se faria presente justamente nas pesquisas? Os preconceitos existem, mais domesticados, menos domesticados. Estão sempre aí, pois, afinal, são nossas idéias. A pesquisa busca um novo. Mas é um novo que dialoga com todo o conteúdo do progresso nas tradições, nas culturas, nas vivências.

Por outro lado, é verdade que a ciência deve ser sóbria, resignar-se a analisar – na calma dos papéis – o conteúdo das reflexões dos que produzem e publicam. Henry Sigerist, o historiador de medicina, afirmava que o homem de ciência não pode ser verdadeiramente livre, isto é, livre para criar e livre para pensar, a não ser que ele tivesse como garantidas – como um *a priori* mesmo – as condições materiais de sustentabilidade. Senão, advertia Sigerist, ele estará sempre a serviço de algum laboratório, de alguma empresa, de algum interesse institucional pré-determinado. Enfim, todo esse comprometimento lhe tolheria não só a criatividade, mas talvez a própria capacidade de gerar progresso de esclarecimentos. César Lattes costumava provocar seus discípulos dizendo que para fazer ciência no Brasil (leia-se em qualquer país não muito industrializado) era melhor, quer dizer preferível, escolher companheiros ricos.

Tal introdução é para dizer que a assim chamada “zona cinzenta da ciência” só é desta tonalidade porque os que a integram ainda não compreenderam que a única ajuda possível para bancar uma pesquisa não-hegemônica, a única possibilidade de contornar os operadores que de certa forma impulsionam a ciência em tal ou qual direção, é viabilizar uma vida acadêmico-institucional, contando com o apoio maciço e decisivo do Estado. A única e real chance de que haja uma concorrência mais razoável dentro das desigualdades inerentes aos interesses predominantes entre teorias rivais é de que a menos estabelecida, a menos organizada, de qualquer modo a mais fraca, busque recursos em outro lugar para escapar da predação que o mercado tenta impor. Na medida em que grupos farmacêuticos privados e hegemônicos não podem se

comportar como os eleitos para coletar subsídios, o Estado é a instância política, pois legítima, desta busca.

O Estado e seus organismos fomentadores são os que podem fazer frente ao que se deseja em pesquisa, porque talvez o novo não seja um produto talhado para o mercado; talvez o novo não otimize produtividades. O cientista ou pesquisador precisa que as suas motivações sejam respeitadas. Quiçá sua desobediência programática. Se ciência e filosofia falavam a mesma linguagem, como constatou Bachelard, não sabemos se pesquisa e capital se complementam quando o produto não é algo de seu interesse imediato. O *ethos* da pesquisa, vale dizer, as respostas para a pergunta “pesquisa para quê?” e “pesquisa para quem?”, deve ser recolocado na agenda como *aggiornamento* do estatuto da pesquisa moderna. Qualquer uma.

Há, porém, um outro pólo para o qual as reflexões devem se direcionar. Se o Estado quer efetivamente oferecer uma oportunidade para técnicas e procedimentos não-hegemônicos, deve apostar em investimentos que os viabilizem. Deve estimular pesquisadores a construir modelos novos e criativos que inspirem desenhos de pesquisa os quais dialoguem com a academia sem descaracterizar a episteme que a fundamenta. Sem este contrato, será impossível para a homeopatia e para outras medicinas integrativas firmarem-se com perspectivas sérias dentro das pesquisas institucionais e, portanto, colocarem-se dentro das universidades como inserções do saber validadas, adquirindo um estatuto até aqui inédito.

Entretanto, pesquisas clínicas só fazem sentido se aumentarem o progresso de esclarecimentos, senão correm o risco de se perderem em labirintos de comprovações duvidosas. O tão desejado estatuto de validação que o campo homeopático tanto almeja talvez se encontre em uma outra linguagem. Uma que não seja estritamente subordinada às ciências naturais, uma que adote também procedimentos compreensivo-interpretativos, típicos das ciências humanas. Parece consensual que pesquisadores, homeopatas ou não, devam, mereçam e agora precisem engajar-se em pesquisas de cunho pessoal, prático, institucional. Só este impulso nos transformará em tecnologia viável. Se a marca deste século é mesmo a hermenêutica, a única forma de se manter em condições razoáveis de diálogo com a vida é fazer as tradições falarem de novo. Assim pensamos estar fazendo.